

Malan: mais crescimento em 96

BRASÍLIA — A economia não vai parar de crescer em 1996. Foi o que afirmou, ontem, em um vídeo gravado para a primeira teleconferência do Ministério da Fazenda, o ministro Pedro Malan. Segundo ele, a taxa de crescimento de 4,5% do Produto Interno Bruto, projetada para 1995, vai se repetir no próximo ano.

— No primeiro trimestre, o nível de atividade será baixo,

mas tende a aumentar no decorrer do ano — disse o ministro da Fazenda.

Pedro Malan ressaltou que a inflação fechará o ano em 20% — a menor em mais de 20 anos — e as reservas cambiais ficarão em torno de US\$ 49 bilhões. Para o ministro da Fazenda, o grande desafio da equipe econômica, em 1996, será o de equacionar as finanças públicas.

— Em 1996, haverá a grande

virada — previu, acrescentando que a redução do “Custo Brasil” é outra preocupação do Governo federal.

Já o secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, afirmou que entre as metas a serem alcançadas no ano que vem destacam-se a consolidação da queda da inflação e o aumento da poupança interna, tanto pública e como privada. Sobre o segundo item,

ele enfatizou o papel da previdência complementar, para a transformação da poupança em rendimento efetivo.

— Também vamos investir em mecanismos de prevenção e combate à competição desleal no exterior — completou.

Ainda segundo o secretário de Política Econômica, será mantida a disposição do Governo de reduzir as taxas de juros, processo iniciado em junho úl-

timo. Mendonça de Barros frisou que os empresários, ao pensarem em investir no país, devem ter o horizonte de um a dois anos, quando vem o retorno dos investimentos.

— O plano de estabilização só será validado com o crescimento econômico e a oferta de empregos — afirmou Mendonça de Barros, lembrando que, em 1995, houve melhoria na distribuição de renda e aumento dos inves-

timentos.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, que junto com Mendonça de Barros participou da teleconferência, disse que o ajuste fiscal previsto para 1996 só ocorrerá com a aprovação das reformas constitucionais. Ele acrescentou que o equacionamento também será viabilizado com a cobrança de débitos fiscais junto à União.